

# Anales y memorias

## História de vida e de lutas: Entrevista com Egydio Schwade

Recibido: 25 de febrero de 2025

Aceptado: 6 de diciembre de 2026

DOI: [10.22517/25392662.25793](https://doi.org/10.22517/25392662.25793)

pp. 284–300

 **Maria Borges\***

maria.borges@ufms.br

 **Vitor Wagner Neto de Oliveira\*\***

vitor.oliveira@ufms.br

 **Alex Rodrigues Machado\*\*\***

rodrigues.alex@ufms.br



\* A filiação institucional atual é na UFMS. Atuo no INCT Proprietas, desde 2014. Entre agosto de 2026 e julho de 2027 estarei cursando o estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

\*\* Professor Titular do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Brasil.

\*\*\* Graduado em Licenciatura Plena em História, em 2024, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Brasil.

Licencia Creative Commons  
Atribución/Reconocimiento-  
NoComercial-SinDerivados 4.0  
Internacional — CC BY-NC-ND 4.0.



## Introdução

Qual é o segredo de, aos 88 anos de idade, ter tão fortemente despertada e alimentada a esperança de mudar o rumo da história e atuar vigorosamente para construir possibilidades de transformação? Esta é uma pergunta que se apresentou para nós logo que conhecemos Egydio Schwade. Nos admiramos da força de sua fala e de suas práticas tão contundentes na defesa da justiça para os povos originários, em um corpo aparentemente frágil, todavia ágil, ativo e carregado de frescor e coragem para as várias frentes de luta.

Quando conversamos com Egydio percebemos que esse modo extraordinário de se colocar no mundo vem de uma vida simples, de uma pessoa comum. A vitalidade e a força deste homem simples resultam de sua história de vida, de uma trajetória de militância, trilhada desde a segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas do XXI, marcada pela comunhão na defesa dos povos da terra, e ainda pelo atrito entre a ação teológica da fé católica e a ação teleológica na construção de um mundo de respeito a outras culturas, outros povos, outras religiosidades e outras formas de organização societal.

O início da atuação militante de Egydio Schwade se insere em um contexto brasileiro e latino-americano de maior tensionamento da luta de classes, em um ambiente global polarizado pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, a partir da década de 1940, que alçou a América Latina à condição de centro nervoso das disputas de projetos políticos e econômicos. Isso se intensificou com a vitória da Revolução Cubana, em 1959, quando os Estados Unidos passaram a conviver com uma nação rebelde em sua vizinhança.

A segunda metade do século XX no continente foi marcada, portanto, por processos revolucionários na Bolívia (1952-1971), em Cuba (1953-1959), na Guatemala (1954-1979), na Nicarágua (1972-1979), no Chile (1973), em El Salvador (1980-1992) e por diversos outros movimentos de luta de trabalhadores, do campo e da cidade, assim como de indígenas. Esses levantes carregavam a bandeira geral e os lemas das revoluções do século XX, quais sejam: transformações sociais, políticas e econômicas e a construção de sociedades igualitárias. Mas as revoluções na América Latina também foram, eminentemente, lutas de libertação nacional em vista da relação de dependência para com as nações imperialistas. Eram, neste sentido, lutas pela ruptura com a herança colonial, por novas independências, dado que a independência dessas nações no século XIX não resolveu os problemas dos trabalhadores e dos pobres em geral.

Em certa medida, a resposta ao primeiro grande ciclo revolucionário no continente veio na forma de golpes e de ditaduras militares que se instalaram em diversos países da América Latina na segunda metade do século XX: Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1983), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985), Chile (1973-1989), Bolívia (1964-1982), Peru (1968-1980), Honduras (1972-1990) e Nicarágua (1934-1979).

No caso brasileiro, a ditadura empresarial-militar impôs um projeto de desenvolvimento autoritário que considerava as populações originárias entraves para o “progresso”. A incorporação de territórios no Centro-Oeste e Amazônia na dinâmica do capital privado, via

investimento estatal de grande vulto na infraestrutura viária e em outros empreendimentos, resultou no esbulho de territórios indígenas e na mortandade de populações, como desvelado na investigação da atuação da Empresa Mineradora Paranapanema S/A entre os Tupi-Kagwahiva do sul do estado do Amazonas, os Waimiri-Atroari no norte do estado, e entre os Tukano, Desana e Baniwa no Alto Rio Negro.<sup>1</sup>

Nessa quadra de revoluções e contrarrevoluções, em que o ritmo da história é acelerado pelas rupturas da ordem, os indivíduos, organizações, instituições e estados dificilmente passam ilesos. Na Igreja Católica – instituição influente cultural e politicamente desde o período colonial, historicamente um dos sustentáculos do poder de classe nos Estados independentes – essa conjuntura se refletiu em divergências e atritos entre o alto e o baixo clero, intra cleros e destes com os leigos. Divergências que expressavam os dilemas da Igreja Católica debatidos no Concílio de Vaticano II (1962-1965) – convocado pelo Papa João XXIII com objetivo de renovar a Igreja e aproximá-la dos temas contemporâneos – e na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – convocada pelo Papa Paulo VI e realizada em Medin (Colômbia), em 1968 – que fez a releitura dos documentos aprovados no Concílio II, adaptando-os para a realidade latino-americana e caribenha, versando sobre justiça, paz e pobreza.

Observam Borges e Kudlavicz que no Brasil, “com o recrudescimento do regime militar, derivando nas prisões de padres e leigos, o acirramento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, os conflitos rurais e urbanos, a Igreja que, em 1964, encampou a *Marcha da Família com Deus, pela liberdade* se viu forjada a redefinir suas posições”.<sup>2</sup> Em vista disso, em 1968, os bispos latino-americanos, reunidos na cidade de Medellín, na Colômbia, foram se apercebendo da “existência de multidões de pobres e marginalizados e de que ‘um clamor surdo brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chegue de nenhuma parte’”.<sup>3</sup>

Assim, os anos 1970 apresentaram para a América Latina a proposição de uma nova Teologia, a Teologia da Libertação, quando a doutrina da Igreja Católica latino-americana passou a enxergar e a priorizar os *pobres e oprimidos*. Naquele contexto, “biblicamente e teologicamente passou-se a fundamentar uma mudança de posição, embasada ainda nos referenciais marxistas”, em que teólogos como Leonardo Boff e o próprio livro bíblico “Êxodo” passaram a inspirar e tornar-se instrumentos de libertação das inúmeras formas de opressão materializadas nas práticas de violência da ditadura empresarial-militar, com todas as mazelas que ela trouxe, especialmente para os pobres da terra, dos campos e cidades.<sup>4</sup>

A década de 1970 marcou, também, mudanças significativas na forma de luta dos povos originários, aproximando o movimento indígena de outros movimentos sociais que se

1 Teles, Osmo, Calazans. *Informe público...*

2 Maria Celma Borges, Mieczslau Kudlavicz, «História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer», em Rosemeire Aparecida Almeida (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar* (Campo Grande: Editora da UFMS, 2008), 86.

3 Libânio, 1986, *Apud* Borges, Kudlavics, «História...», 87

4 Conforme Borges, Kudlavics, «História... », 88

levantavam na América Latina e que questionavam as ditaduras e a dependência histórica latino-americana.<sup>5</sup> No Brasil, esse movimento desembocou no avanço da legislação indigenista que derivou na forma como a questão indígena viria se materializar na Constituição de 1988.

Egydio Schwade foi uma personagem atuante neste cenário de mudanças das décadas de 1960, 1970 e 1980. Mas suas convicções humanistas, em defesa dos povos originários e de outros pobres da terra, não se encerraram com a Constituição de 1988, uma vez que a implementação da legislação não foi imediata, e muito ainda segue sendo negada, como a demarcação dos territórios, e tantas outras leis que foram sendo descaracterizadas no parlamento. Do mimeógrafo às redes sociais a atuação de Egydio nos impele a pensar o indivíduo na História, num movimento dialético.

A história individual de uma personagem pode não conter uma síntese da história de uma coletividade, pois as particularidades que formam um indivíduo seguem caminhos muitas vezes distintos do coletivo. Disso não se compreende que o indivíduo se forme às dispensas das tradições herdadas, das relações com o ambiente em que está inserido. O lugar, a família e o contexto político, econômico, social e cultural que encontra ao nascer são determinados historicamente, não dependem da pessoa que vem ao mundo. Essas determinações têm peso na formação do indivíduo. Mas a história não é feita tão somente de determinações *a priori*. A história é feita por homens, mulheres e crianças, em movimento. Uma vez em sociedade, indivíduos atuam e podem reproduzir tradições, ou questioná-las, e ao questionar, ao se contrapor, imprimem ritmos diferentes à história. Não se trata aí de “heróis”, pois esses não existem na história. A singularidade de uma pessoa que se destaca em uma coletividade se relaciona ao papel que esta desempenha nas rupturas dos processos e tradições herdadas. Portanto, essa singularidade só existe porque as condições coletivas estão postas, produzidas socialmente. Podemos dizer que Egydio Schwade traz esta história de rupturas com os mandos e desmandos, impregnada em seu corpo, e carregada de vida, em comunhão com os povos originários, por seu envolvimento e compromisso na defesa desses povos. Suas práticas materializadas em sua história e compartilhadas, por meio de suas memórias escritas e em sua entrevista<sup>6</sup>, dão sustentação à sua identidade de luta, como observou Neves, ao discutir a memória como substrato da identidade. Para esta autora:

[...] cada pessoa é componente específico de um amálgama maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A história oral, em decorrência, é a arte do indivíduo, mas de um indivíduo socialmente integrado. Dessa forma, os relatos e testemunhos contêm em si um amálgama maior: o da identidade histórica<sup>7</sup>

5 Cf. Poliene Soares dos Santos Bicalho «Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)» (tese de doutorado em História, PPGDH, Universidade de Brasília, 2010).

6 Egydio Schwade, Egydio, «Alguns momentos decisivos na caminhada de minha vida», *Instituto Humanitas Unisinos*. 8 de jan., 2024. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635655-alguns-momentos-decisivos-na-caminhada-de-minha-vida-artigo-de-egydio-schwade> (Acesso em 11/12/2024)

7 Lucília de Almeida Neves, «Memória, história e sujeito: substratos da identidade», *História Oral*, ABHO, n.º 3 (Junho, 2000), 114

Neves reforça ainda que: “História e memória, enredadas na trama da reconstituição temporal, contribuem para aguçar a consciência dos sujeitos históricos de pertencimento ou de não-pertencimento a organizações, grupos, instituições, países”.<sup>8</sup>

Para compreendermos as singularidades e, ao mesmo tempo, as generalidades que fazem de Egydio Schwade uma pessoa singular, convidamos o leitor a acompanhar a atuação da personagem em conjunturas locais, regionais, nacionais e internacionais em que esteve inserido. O desafio de uma biografia é não perder o biografado no contexto e nem subsumir o contexto na individualidade do biografado. Aqui, este risco é minimizado pela força política e coletiva das experiências vividas e narradas por Egydio, fazendo com que, até o tempo presente, as suas ações sejam alicerçadas na solidariedade e na justiça por ele praticadas, cotidianamente, junto às pessoas que partilham de sua história e trajetória de vida. Sendo ainda a generosidade e acolhida as marcas de sua prática de luta, ao nos abrir as portas de suas histórias e de sua memória – nos concedendo a entrevista – assim como, literalmente, o acesso ao centro de memória da Casa de Cultura Urubuí.

### **História de vida, história de militância**

Egydio Schwade nasceu em 7 de julho de 1935, na pequena cidade de Feliz, no Rio Grande do Sul (Brasil), no seio de uma família camponesa. Como os pais, também trabalhava na lida da roça. E como prática comum aos filhos de camponeses naquela região, porque uma oportunidade de estudar, Egydio foi para o Seminário Jesuíta de onde ingressou no estudo da filosofia na Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, fazendo a graduação entre 1960 e 1963. E ali teve o seu primeiro contato com a história dos povos originários ao ajudar um historiador a organizar as microfilmagens de documentos dos arquivos de Évora (oriundos de Portugal), sobre os Guarani.

Em um de seus muitos textos acerca de sua luta na defesa dos povos originários, Egydio tece uma análise crítica do papel da Igreja católica frente às “pessoas oprimidas”, especialmente a partir das mudanças vividas por esta Instituição já nos anos 1960. Em suas palavras:

Como estudantes discutíamos então os documentos do Concílio Vaticano II que se realizou em Roma, entre 1962 e 1965. Ali a Igreja se autodefine como a “Luz dos povos”. “Lumen Gentium”, assim inicia o documento sobre a essência da Igreja que abre o Concílio. “Luz dos povos” não são os belos amontoados de pedras e cimento, mas as pessoas oprimidas, que iluminam a realidade que vivem hoje.<sup>9</sup>

8 Neves, «Memória...», 110

9 Egydio Schwade, «Qualificar o genocídio e pedir perdão...», Casa da Cultura do Urubuí, 07 de julho, Presidente Figueiredo, Amazonas. (mimeo, 2021).

Dando prosseguimento a este texto, nos conta como, ao final do curso de Filosofia, fora se aproximando dos indígenas ao percorrer o interior do Brasil profundo tão carregado de contradições e de violências:

Ao terminar o curso de Filosofia iniciei uma maratona pelo país, a fim de ver o que acontecia aos povos originários. Percorri o Brasil pelos interiores, de ponta a ponta, para conhecer, sentir e ouvir da boca dos sobreviventes o que lhes aconteceu, outrora e o que ocorria agora. O que constatei ainda carece de ser qualificado oficialmente, como aquilo que foram da atual perspectiva: genocídio. E exige uma mudança de lugar dos governantes, à luz das responsabilidades históricas e morais e um pedido de perdão aos descendentes das vítimas.<sup>10</sup>

Um pouco antes desse adentrar os interiores no convívio com os povos originários, quando os jovens eram encaminhados para trabalho com as comunidades ou para continuidade dos estudos na Universidade, os mestres de Egydio orientaram-no a seguir os estudos em História, área para a qual havia demonstrado aptidões. Foi naquele momento, em 1962, que se estabeleceu um primeiro conflito com o que se constituía a trajetória de vida e o que a ordem religiosa pretendia para nosso personagem: “... eu entrei num conflito porque eu entrei com uma perspectiva na Ordem não era esta de ser professor, de colégio, universidade.” Egydio então escreve uma carta – “única carta em latim que eu escrevi” – ao responsável Geral da Ordem dizendo que gostaria de fazer trabalho missionário na África.<sup>11</sup>

Não conseguiu ir para a África, mas foi aconselhado a trabalhar com os povos originários em Mato Grosso: “... porque esses negócios dessas leis né, votos de obediência, castidade e pobreza, é relativo, isso não se pode não, tem momentos que tem que mudar, né (...), o bom samaritano é aquele cara lá deitado lá na beira da estrada, não pode estar amarrado a nada. Aí a partir dali eu comecei a treinar e poucos meses depois eu já estava viajando pro Mato Grosso...”<sup>12</sup> Ao terminar o curso de Filosofia empreendeu viagens pelo país a fim de ver o que acontecia a esses povos.

Em janeiro de 1963, Egydio chegava ao interior do Mato Grosso e ali percebeu as contradições da atuação da Igreja Católica entre os indígenas, os quais eram catequizados nos internatos: “Eu vi (...) chegando (...) com seus enfeites, e no dia seguinte estava ajoelhado de roupa na igreja”.<sup>13</sup> Sua fé era testada na realidade que lhe impunha desacordos com as formas de atuação da Ordem dos Jesuítas e da própria Igreja, como agentes coparticipantes da política integracionista implantada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Egydio passou a questionar inclusive a organização territorial da Instituição católica, com suas dioceses, prelaças e burocracias.

10 Schwade, «Qualificar...»

11 Egydion Schwade [88 anos], entrevista por Maria C. Borges, Vitor W. N. Oliveira, A. R. M., I. R. Marques e G. S. Marques. Transcrição: Alex R. Machado. Casa da Cultura do Urubuí, Presidente Figueiredo (AM, Brasil), 15 de abril de 2023 [Tempo aproximado de gravação 1h40’].

12 Schwade, entrevista.

13 Schwade, entrevista.

Um acontecimento dramático lhe despertou para as contradições da atuação da Igreja Católica na região amazônica: em novembro de 1963 ocorreu a morte de cerca de 3.500 indígenas Cinta Larga, na cabeceira do rio Aripuanã, norte de Mato Grosso, em um ataque de grupo armado por um empresário da mineração. O “Massacre do Paralelo 11”, como ficou conhecido, marcou dramaticamente a história de genocídios dos povos originários na década de 1960, e foi também um marco para que Egydio questionasse a Ordem dos Jesuítas por não atuar na defesa dos indígenas, neste caso, com a justificativa de que o massacre ocorrera em outra prelazia, pertencente a Porto Velho (Rondônia).

Sobre este massacre e outros envolvendo o noroeste de Mato Grosso, observou ainda:

O que aconteceu ao povo Cinta Larga do Juina, conhecido como “Massacre do Paralelo 11”, em 1963, foi um genocídio. O crime teve cobertura oficial. Vi pessoas fardadas acobertando os seringalistas criminosos. Num caixote vi reunidas as armas usadas. E nelas vi gravado: “Exclusivo do Exército Brasileiro”. O que ocorreu aos Cinta Larga, aconteceu aos pais dos meninos, com quem convivi nos meus primeiros três anos de indigenismo, naquele Noroeste de Mato Grosso. Aos povos Rikbaktsa, Nanbikuara, Kayabi, Apiaká, Manoki, Paresi, Xavante e Bororo: Genocídio.<sup>14</sup>

Mas, nosso personagem não estava sozinho no embate contra o conservadorismo de fração significativa da Igreja Católica... Ele era parte, talvez ainda sem ter consciência disso, naquele momento, de uma época de grandes transformações no clero, num contexto mais amplo da luta de classes marcado pela Guerra Fria, revoluções e contrarrevoluções nos países coloniais e semicoloniais. Como narrara Egydio, em trecho discutido anteriormente, na Igreja Católica, em 1962, o Papa João XXIII inaugurava o Concílio Vaticano II com o intuito de alinhar a Instituição aos novos tempos, mais aberta para o respeito a outras religiões, a culturas e nacionalidades, num diálogo mais próximo com os fiéis.

No retorno ao Rio Grande do Sul, para dar continuidade aos estudos jesuítas na UNISINOS, entre 1967 e 1970, Egydio e o colega Thomaz de Aquino Lisboa, motivados com as discussões ocorridas no Vaticano, passaram a questionar a ordem jesuíta a que estavam ligados para também promoverem mudanças em seu interior. Os pleitos não foram aceitos, mas os amigos não desistiram e passaram a dialogar com grupos de jovens ligados às igrejas Católica e Luterana.

A breve experiência dos amigos Egydio e Thomaz, entre os indígenas no Mato Grosso, provocou intensas reflexões sobre o papel da Igreja e dos sacerdotes em meio a esses grupos. No Rio Grande do Sul, em 1967, a dupla passou a acompanhar os indígenas Kaingang na região de Nonoai, pressionados pela ocupação de suas terras por colonos sem terra e pela política de arrendamento imposta pelo SPI. Naquele contexto, denunciaram a situação de conflitos envolvendo pobres da terra, lutando entre si, em artigos publicados no *Jornal Cor-*

14 Schwade, entrevista.

*reio do Povo*, de Porto Alegre. Essas denúncias se somaram no conjunto de provas das ações do SPI que levaram a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito no Rio Grande do Sul, e depois em âmbito nacional, o que desembocaria no conhecido “Relatório Figueiredo”,<sup>15</sup> organizado por Jader Carvalho Figueiredo, no qual denunciava e comprovava as atrocidades cometidas contra os povos originários por várias localidades do Brasil, tal como a corrupção no interior do SPI, levando ao fim do órgão indigenista e à criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em dezembro de 1967, hoje denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Narrando esse contexto histórico de vivências junto aos povos originários no Mato Grosso, e de percepção das violências, Egydio enfatiza o peso e a violência do latifúndio frente a esses grupos, especialmente sob os indígenas isolados, decorrendo no que denominou de genocídio:

Durante as férias de 1967-1968, visitei o rio Arinos/MT. O médio Arinos era então domínio dos índios Tapayuna ou Beijos de Pau, como eram chamados pela população envolvente. Índios então isolados, mas ameaçados por todos os lados pelo latifúndio. Falava-se de 1.000. No final daquele ano restaram 43 pessoas que o governo deportou para o Parque Nacional do Xingu, obrigados a ceder seu rico território a latifundiários: um genocídio.<sup>16</sup>

Em 1969, já concluídos os estudos do seminário e tendo se formado padre, Egydio foi convidado por um grupo de jovens para atividade pastoral em Rio Negro do Paraná, e nesse encontro, junto a esses jovens, fora fundada a Operação Anchieta (posteriormente rebatizada de Operação Amazônia Nativa-OPAN), integrando católicos e evangélicos da Igreja Luterana. Dalí saíam, em janeiro de 1970, nove jovens com destino ao oeste de Mato Grosso e ao Território Federal de Rondônia, para atuarem entre as comunidades indígenas. Egydio permaneceu no Rio Grande do Sul até 1973, trabalhando na Operação Anchieta como coordenador técnico.

Mas, nesse interim, entre os anos de 1969 e 1970, Egydio percorreria várias partes do Brasil conhecendo a realidade de povos originários, como dos Kaingang e Guarani, em Santa Catarina e Paraná. Também em Rondônia fora visitar os remanescentes dos Paacas Novos e Makurap, entre os anos de 1970 e 1971, povos que, como nos diz, “foram encurralados e massacrados durante a construção da Ferrovia e mais recentemente da rodovia que liga Porto Velho a Guajará –Mirim”. Ainda em 1971 percorreu São Paulo visitando as aldeias dos remanescentes de Kaingang, em Bauru e Guararapes, e dos Guarani, no litoral. Sobre o Espírito Santo nos diz que “O povo capixaba precisa olhar a sua história e perguntar o porque

15 Brasil. Ministério do Interior, «Relatório Figueiredo», *Brasil Doc. Belo Horizonte* (UFMG, 1967). Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo>. (Acesso em 11/12/2024).

16 Schwade, entrevista.

a capital se chama ‘Vitória’”. “A história dos Tupiniquim, de Mem de Sá até a Aracruz Celulose ainda carece ser qualifica oficialmente o que de fato foi e continua sendo?” Ou seja, genocídio, conforme denuncia Egydio.<sup>17</sup>

Nosso entrevistado não diz, em seu relato, mas ele esteve em outro momento importante para os desígnios da Igreja Católica no que se refere à missão evangelizadora junto aos povos originários. Em 21 de fevereiro de 1968 ocorreu em São Paulo o primeiro Encontro da Pastoral Indígena, para discutir a presença das igrejas Católica e Luterana junto às populações indígenas. Deste encontro se originou o “Documento de Morumbi”, o qual apresentava “a base da renovação missionária indigenista que culminou com a criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972”<sup>18</sup>.

Conforme Egydio, de início o CIMI não incorporou a renovação pretendida pelos jovens missionários:

(...) eu até que coordenei a reunião onde nasceu [o CIMI], eram todas as linhas, igrejas reacionárias que estava junto lá né (...) e não podia funcionar muito isso aí assim. O fato é que um ano e meio depois, só tinha (...) um grupo só de padres, um bispo, uns cinco, seis padres e uma irmã. Então era todo clerical né (...). Aí foi reclamação atrás de reclamação por toda a parte e (...) caía tudo em cima da CNBB.<sup>19</sup>

Como secretário do CIMI, em 1973, Egydio viajou pelo Brasil pregando pelos novos rumos da Igreja Católica e das ações missionárias. Naquele mesmo ano esteve em uma reunião com os bispos Dom Pedro Casaldáliga e Tomás Balduino, entre outros, na cidade de Abadiânia, em Goiás. Dessa reunião se originou o “documento de urgência” intitulado “Y – Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer”<sup>20</sup>, que trazia denúncias de violências, mortes e invasão de terras indígenas pelas ações da FUNAI e outros órgãos do Estado: “eu inclusive, não assino, não, porque era um dos colaboradores, mas os que elaboraram, como o secretariado tinha acabado de ser criado, né... principalmente Dom Pedro Casaldáliga achava que não deveria assinar porque senão os militares vão acabar com o secretariado...”<sup>21</sup>

No mesmo ano de 1973, Egydio e o amigo missionário, em Diamantino (MT), Thomaz Lisboa, organizaram:

(...) o primeiro programa do CIMI que até hoje continua vivo que foi duas ideias: incentivar assembleias indígenas e encontros de missionários e ín-

17 Schwade, entrevista.

18 CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *A disseminação da história missionária e o resgate de documentos fundamentais sobre a “descolonização” das igrejas*. (13 de outubro de 2022). <https://cimi.org.br/2022/10/a-disseminacao-da-historia-missionaria-e-o-resgate-de-documentos-fundamentais-sobre-a-descolonizacao-das-igrejas/> (Acesso em 29/09/2023).

19 Schwade, entrevista.

20 CNBB. *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, 1973. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/y-juca-pirama-o-indio-aquele-que-deve-morrer> (Acesso em 29/09/2023).

21 Schwade, entrevista.

dios e indigenistas que quisesse participar de uma região pra criar e superar esse fechamento né, e ver mais os povos e criando assim os regionais do CIMI, que aí então nesse período, cobrimos todo o país...<sup>22</sup>

E então começaram a ocorrer as assembleias indígenas. Em abril de 1974 aconteceu a primeira assembleia reunindo lideranças de nove povos no norte de Mato Grosso. Egydio, entusiasmado com a experiência das assembleias, percorreu toda a região norte, o Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso reunindo-se com lideranças indígenas para construir uma grande assembleia.

Nos conta que, em conversa com Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, decidiram procurar o brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, comandante da 1ª Zona Aérea, em Belém, e convenceram-no de ajudar na logística para transporte de indígenas para a grande assembleia que reuniria mais de 800 indígenas no Alto Tapajós, em maio de 1975. Dessa façanha resultou a ordem do general, presidente da FUNAI, Ismarth de Araújo Oliveira, proibindo Egidio, Tomás Balduino e o secretariado do CIMI de adentrarem territórios indígenas: “Isso que eu acho interessante que a gente conseguiu levantar as contradições dentro do governo”<sup>23</sup>. Em artigo em alusão à morte de Dom Tomás Balduino, em maio de 2014, Egidio nos conta que: “em reunião à parte, da qual participaram Dom Tomás, Dom Pedro, Padre Antônio Iasi, Padre Thomaz Lisboa, Ivo Poletto, Ranulfo e eu, que foi gestada a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na ocasião foi marcada a data de fundação da CPT, ou seja, na oportunidade da 1ª Assembleia Nacional do CIMI, em Goiânia, dois meses depois.”<sup>24</sup>

Egydio continuou suas andanças pelo país, e em 1974 esteve entre os Xerente no Médio Tocantins; com os Apinagés do Bico do Papagaio; com os Guajajara e Kanela do Maranhão; no Pará conheceu os Suruí e a Transamazônica, de onde se dirigiu às aldeias dos Tiriyo e Kaxuiana, no rio Paru do Oeste, limite com o Suriname; ainda no ano de 1974 passou um mês entre os Ticuna e os Kokama do Alto Solimões. Em março de 1975, visitou os Suruí ou Paiter do Espigão do Oeste (RO), recém contatados, “perdidos na margem de uma cidade ‘pioneira’”; no mês seguinte esteve entre os Tapirapé no Araguaia e em maio foi à aldeia Cururu, dos Munduruku, no Alto Tapajós. Em 1976 esteve no Acre entre os Madiha e os Kaxinauá do Alto Purus. Acompanhado de “dois jovens da Operação Amazônia Nativa (OPAN), atravessaram a floresta, entre o Purus e o Envira, para ver a situação dos Kaxinauá”. Em Roraima, no mês de novembro do mesmo ano, visitou os Wapitxana, Makuxi, Taurepang, Ingarikó e Yanomami. Em janeiro de 1977, junto a D. Tomás Balduino, participou de “uma assembleia de mais de 200 lideranças destes povos, onde denunciaram as invasões e agressões que sofriam pelos fazendeiros e garimpeiros. E levantaram a necessidade de um território unido.” Funcionários da FUNAI e agentes da Polícia Federal cercaram o evento e ordenaram o fechamento da assembleia. Contudo, conforme Egidio, a assembleia se constituiu um marco inicial da luta pela

22 Schwade, entrevista.

23 Schwade, entrevista.

24 Egidio Schwade, «Dom Tomás Balduino», *CIMI – Conselho Indigenista Missionário* (12 de maio, 2014) <https://cimi.org.br/2014/05/36040/> (Acesso em 29/09/2023).

Raposa Serra do Sul, estabelecida como território contínuo quase 30 anos depois, em 2005. Em abril de 1977 percorreu os territórios tradicionais dos Terena e dos Kaiowa e Guarani, no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).<sup>25</sup>

Em 1978 percorreu Minas Gerais e Bahia, onde conheceu os descendentes dos povos Maxakali, Krenak e Pataxó. Em Rodelas, sentiu “a angústia dos Tuxá, ameaçados pelo lago da Hidrelétrica de Itaparica”. Em companhia de um casal da OPAN, percorreu o Nordeste em busca dos povos Fulni-ô de Águas Belas, os Xocó do Sergipe, os Xukuru de Alagoas, os Potiguara da Paraíba, os Xukuru e Atikum em Pernambuco. Ainda em 1978, com o companheiro Egon Dionísio Heck, empreendeu viagem pelo Paraguai, Argentina e Bolívia, com objetivo de “sentir um pouco da pujança de povos indígenas vivos, no Chaco e no Altiplano e animá-los a afirmarem a sua identidade, como povos: Guarani, Quetxua, Aimara... e com nossa experiência de CIMI, convencer os companheiros da Igreja, a proclamarem esta identidade.”<sup>26</sup>

Em 1978, Egydio solicitou dispensa do celibato para se casar, em janeiro de 1979, com a indigenista e sua companheira de muitas ações no enfrentamento da violência contra os povos indígenas, Doroti Alice Müller, coordenadora da Regional do CIMI na Amazônia Ocidental. O casal deu, então, continuidade ao convívio com as comunidades indígenas, lado a lado, na luta em defesa desses povos. Em 1980, quando Egydio não mais era secretário do CIMI, mudaram para Itacoatiara, às margens do rio Amazonas, se aproximando da realidade dos povos originários no estado do Amazonas. Aos poucos adentraram à realidade dos Waimiri-Atroari (Kiña), impactados pela construção da rodovia BR-174 e pelos trabalhos de exploração da mineração realizados pela empresa Paranapanema e suas subsidiárias.

Depois de um tempo atuando com um grupo de trabalho no Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA), criado pelo CIMI Regional Norte I, em janeiro de 1983, Egydio e Doroti com os três filhos, foram, em 1985, viver junto à comunidade indígena para desenvolver um trabalho de educação popular, em uma experiência nova de interação com os Waimiri-Atroari. Um dos filhos, Maiká, hoje professor de Geografia na Universidade Federal do Amazonas, nasceu na aldeia e recebeu o nome dado pelos Waimiri-Atroari em homenagem a uma liderança religiosa, vítima na invasão do território quando da construção da BR-174.

Conforme Egydio, a Doroti (sua esposa) “já tinha mais experiência do que eu, já dentro dessa nova perspectiva (...) isso porque ela (...) primeiro trabalhou em Mato Grosso né, no rio Arinos, um ano, depois foi então para a Amazônia Ocidental e também trabalhou um ano e meio pra dois anos, já mais fixa com os Jamamadi/Jarawara...”

Narra, na sequência, o início do seu trabalho e o de Doroti como educadores entre os Waimiri-Atroari:

Eu cheguei no amanhecer e logo fui na aldeia lá conversando, a manhã toda, depois almocei com eles e tal. Depois do almoço, uma hora dessa eu

25 Schwade, «Qualificar...»

26 Schwade, «Qualificar...»

perguntei a eles assim, se eles já tinham uma perspectiva [de quando começar] e eles dizem, agora, começar agora, né (risos).

Eu não tinha então, eu só tinha na cabeça os princípios do Paulo Freire né (...).

Aí me ocorreu, eu disse “vambora”, porque eles falaram “vamos agora”, eu disse “vambora”.

A escola ficava a uns quinhentos metros, quase um quilômetro mais ou menos, da aldeia. Aí ... nessa caminhada eu disse assim, sempre na minha ... eu já sabia que o que os índios de todo país sabiam mais do que eu era desenhar. Eu nunca fui bom de desenho, já a Doroti era melhor né (risos). Mas eu estava sozinho ali, ela ia chegar na madrugada.

Aí, então eu fui com eles e na caminhada eu perguntei se desenhava ... desenhar a letra. Quando chegamos na escola eu fui me sentar no meio, fiquei lá, tinha um quadro. Parece que já tinham dois anos construído essa escola, sem nunca ter tido um professor. Aí então eu fiquei lá sentado e quando todo mundo estava dentro ... Ah, isso também é interessante, não faltou ninguém, nem bebê (risos), toda a aldeia estava ali, toda aldeia e isso foi do começo ao fim. Só faltou uma vez uma mulher um dia, que teve bebê. Pois é, aí então eu disse, tinha dois que sabiam um pouco de português, e fiz entender que eu gostaria que alguém fizesse um desenho (inaudível).

(...) Aí eu só sei que em dez minutos o quadro estava todo cheio de desenho. Aí eu fui sentar e perguntei o nome de cada coisa na língua deles (inaudível).

Antes de ir lá pra aldeia, isso também foi interessante, eu fui no Rio de Janeiro com a linguista pra ter uma noção de como é que a gente podia chegar a esse povo (inaudível) os fonemas, aí foi interessante também isso.

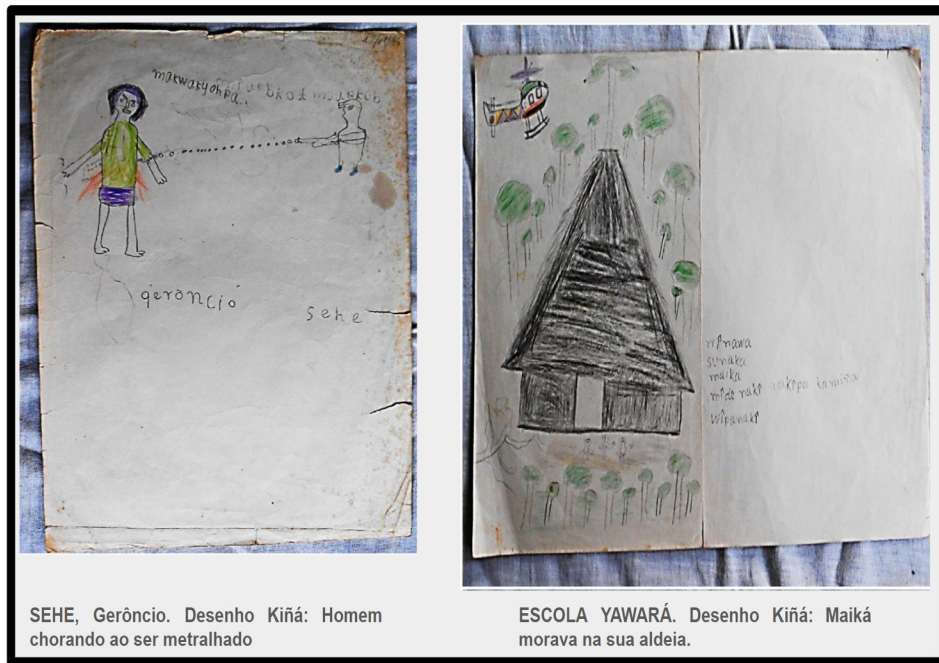
E assim eu fui então trabalhando dois dias, dois ou três dias, até que eu vi os temas que mais ocorriam, conforme o sistema de Paulo Freire ... e vi que uma das coisas era a casa, e eu já sabia também várias palavras que estava ali no (inaudível). Eu apaguei todos os desenhos, deixamos só uma casa, e pedi que alguém fizesse mais uma casa igual. Aí rapidinho foi lá, fez uma casa bem do lado, grande, aí eu peguei o giz, desenhei as portas, evidenciei mais as portas e ficou o “m” de (risos). Pra mostrar que eles, ao fazer o desenho eles fazem as letras. E aí ficaram entusiasmados...<sup>27</sup>

O método criado muito empiricamente pelo casal Egydio e Doroti, inspirado na metodologia de Paulo Freire, possibilitou aos indígenas o desenvolvimento rápido do alfabeto Waimiri-Atroari. Seguindo os princípios da metodologia freireana, o aprendizado se dava a partir de elementos da realidade da comunidade, especialmente a partir dos desenhos. Como

<sup>27</sup> Schwade, entrevista.

evidenciaram os desenhos feitos pelos indígenas e o trabalho do casal, essa realidade era marcada pelo enfrentamento com os não indígenas, na defesa do território contra a invasão da mineradora Paranapanema e do Estado, especialmente pela compreensão do genocídio que ocorrera nesse território indígena desde a década de 1970.

### Imagem 1: Desenho Kiñá



Fonte: Comitê da Verdade do Amazonas (2012)

Como se depreende das imagens, o método e o resultado do aprendizado permitiram alçar a narrativa dos próprios indígenas acerca da relação conflituosa com os não indígenas e com os projetos de desenvolvimento impostos para a Amazônia, pela ditadura militar em conluio com as empresas mineradoras e as construtoras, os quais impactaram diretamente os Waimiri-Atroari. A ação do casal despertou a reação de instituições públicas, como a Eletronorte, o Exército e a FUNAI, assim como de empresas privadas, a exemplo da Mineração Paranapanema que se instalou em território indígena desde a década de 1970, sob a complacência da FUNAI. Logo, o método de ensino passou a ser questionado pelo diretor regional da FUNAI no Amazonas, Sebastião Amâncio Correa, o qual caracterizou-o de “não linguístico”. Após dois anos de trabalho junto aos indígenas, Egidio e Doroti, junto aos filhos, foram expulsos do território Waimiri-Atroari pela FUNAI. A escola passou a ser conduzida por um casal de pastores estadunidenses evangélicos e pela esposa de Sebastião Amâncio, também evangélica.

Em 1987, o Programa Waimiri-Atroari, financiado pela Eletronorte e implementado pela FUNAI, de mitigação dos impactos da Usina Hidrelétrica de Balbina, impôs maior controle sobre a comunidade e continuou impedindo a atuação de Egydio e Doroti, inclusive a entrada na reserva. O casal passou a morar em Presidente Figueiredo, município no norte do Amazonas, onde se localiza o território Waimiri-Atroari. Ali, em 1992, criaram a Casa de Cultura Urubuú – dedicada a guardar e divulgar documentos e histórias dos povos indígenas – a qual tivemos a oportunidade de conhecer, sendo um espaço fundamental de evidências históricas das lutas dos povos originários e dos agentes mediadores na Amazônia e em outras partes do país.

### Considerações finais...

A coragem e a indignação expressas na denúncia da violência do Estado e dos interesses privados na tomada dos territórios indígenas e na usurpação de suas riquezas minerais, entre outras, são evidências do compromisso social e político assumido por Egydio Schwade e sua esposa Doroti, desde longa data. Um de seus compromissos fora sempre a denúncia e o combate às ações da ditadura empresarial-militar na Amazônia, como se depreende deste trecho:

Entre 1967 e 1977, os militares desenvolveram o PIN-Plano de Integração Nacional. Em que consistiu? Primeiro na invasão das terras indígenas remanescentes, por meio das BRs: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte e Manaus-Caracaraí, invadindo-as, como se fossem vazios demográficos, ou terras de ninguém, massacrando os seus donos. Só durante a construção da BR-174, onde resido, mais de 2000 índios Waimiri-Atroari sumiram. E eu ouvi o clamor de mulheres viúvas que durante meses e meses, viveram com suas criancinhas assustadas, escondidas na floresta, enquanto seus maridos tentavam deter com suas flechas a injusta agressão militar que veio com armas de fogo e químicas, por terra e ar.<sup>28</sup>

O relato de Egydio enuncia parte das atrocidades cometidas pelo regime empresarial-militar que se instalou na Amazônia e permaneceu pós-ditadura, atendendo aos interesses do capital privado em conluio com o poder público. A vida deste lutador em defesa dos povos originários na Amazônia e em outras partes do Brasil, por onde andou anteriormente à sua chegada a Presidente Figueiredo (AM), até o tempo presente, é marcada pela trajetória de enfrentamento e coragem face à ordem estabelecida.

<sup>28</sup> Schwade, entrevista.

O centro de documentação e memória, organizado por Egydio e Doroti<sup>29</sup>, desde os anos 1980, em Presidente Figueiredo, no quintal da casa onde Egydio e sua segunda esposa, Terezinha, vivem até o tempo presente, denominado Casa da Cultura do Urubuí, traz em seu acervo, composto por livros, recortes de jornais, documentos oficiais, desenhos, imagens, mapas, etc, uma contribuição inestimável para a história dos povos originários na Amazônia, especialmente para a evidência histórica da luta indígena e do trabalho de assessoria de instituições religiosas e civis, como a OPAM, o CIMI-Norte, a CPT, assim como das ações de órgãos e empresas envolvidos na repressão e violência contra esses povos.

Ao participar do projeto de investigação de crimes cometidos por empresas na ditadura militar, coordenado pelo CAAF/Unifesp, junto ao Ministério Público Federal, entre os anos de 2021-2023,<sup>30</sup> tivemos a oportunidade de conhecer o espaço de memória e de história Urubuí, organizado e mantido pela família Schwade, com muito sacrifício, pois, com recursos próprios.

No contexto, analisávamos o caso da empresa de mineração Paranapanema que atuou diretamente na área dos Waimiri-Atroari, entre outros povos na Amazônia, cometendo crimes dos mais diversos em parceria com o poder público. Como um dos encaminhamentos do relatório final chamamos atenção para a necessidade de, como forma de mitigar os danos cometidos contra os povos originários, a disponibilização de recursos da empresa mineradora para a valorização e preservação do espaço de memória Urubuí, tão necessário para o conhecimento das lutas e da defesa dos povos originários na Amazônia.

Egydio Schwade é um exemplo de perseverança e de luta a iluminar os caminhos por onde passou, e por onde passa, deixando as suas marcas de sabedoria e de coragem na defesa dos povos da terra. Também na preservação da memória e como antídoto ao esquecimento das atrocidades cometidas por empresas e governo anos a fio, no contexto da ditadura empresarial-militar e em sua continuidade.

Sua história e memória são evidências da necessidade de enfrentamento à barbárie, porque trazem as marcas de sangue e de dor vividas ainda no presente pela herança nefasta deixada pelos militares, e que ainda pesa, sobremaneira, nas terras e territórios indígenas. Os interesses do capital, materializados na mineração, no agronegócio, nos projetos estatais de abertura de estradas, instalação de hidrelétricas com a exploração de rios, devastação de matas, lagoas e igarapés, entre tantas outras atrocidades, não conseguem encobrir a coragem de Egydio de enfrentar essas permanências. Como fica explícito no decurso de toda a sua fala, de sua história e memória – expressas na entrevista, mas ainda em textos que continua, incansavelmente, a publicar –, trazer a esperança como prática efetiva é compreender que mesmo face ao caos é possível fazer brotar as sementes de um novo amanhã, onde homens, mulheres e crianças, povos originários, possam nos ensinar e nos fazer aprender que a vida é

29 Doroti Alice Muller faleceu em 3 de dezembro de 2010, aos 62 anos de idade. Uma biografia de Doroti pode ser conferida no texto obituário Rosa Cartagenes, «Doroty Alice Muller: um sorriso para a vida», *Operação Amazônia Nativa*, (6 dez de 2010). <https://amazonianativa.org.br/2010/12/06/doroty-alice-muller-um-sorriso-para-a-vida/> (Acesso em 11/12/2024)

30 Teles, Osmo, Calazans. *Informe público...*

muito maior do que qualquer mercadoria.

Somente em 2023, após muitas tentativas, Egydio pôde se reencontrar com representantes dos Waimiri-Atroari, sem o controle da FUNAI e da Eletronorte: “após 36 anos da nossa expulsão da aldeia Yawará pela FUNAI, recebemos uma visita toda especial de 4 lideranças Kiña, entre eles 3 ex-alunos da Escola Yawará. Entre eles o Tuxaua da aldeia e Warkaxi, filho de Kianã (Comprido), um dos maiores protagonistas da resistência contra a BR-174”<sup>31</sup> O encontro foi promovido a partir do trabalho de investigação dos crimes da empresa Parapanema no contexto da ditadura empresarial-militar contra povos indígenas no Amazonas, desenvolvido por equipe multidisciplinar.<sup>32</sup> A visita do professor Gilberto Marques, coordenador do grupo de pesquisa, e do procurador Steven Zwickter, do Ministério Público Federal de São Paulo, ao território Waimiri-Atroari, mediou a reaproximação.

No tempo presente, aos 89 anos de idade Egydio continua atuando incansavelmente na defesa dos povos indígenas, escrevendo textos para blogs e recebendo pesquisadores. Recentemente, em 2023, recebeu o título Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual de Montes Claros (Minas Gerais), como reconhecimento de sua história, memória e trajetória de lutas, a nos inspirar na esperança de, quiçá um dia, uma sociedade justa.

## Referencias

Bicalho, Poliene Soares dos Santos, «Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)» (tese de doutorado em História, PPGDH, Universidade de Brasília), 2010.

Borges, Maria Celma e Kudlavicz, Mieceslau, «História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer», in: Rosemeire Aparecida Almeida (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

Brasil. Ministério do Interior, «Relatório Figueiredo», *Brasil Doc. Belo Horizonte* (UFMG), 1967. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo>. (Acesso em 11/12/2024).

Cartagenes, Rosa, «Dority Alice Muller: um sorriso para a vida», *Operação Amazônia Nativa*, (6 dez de 2010). <https://amazonianativa.org.br/2010/12/06/doroty-alice-muller-um-sorriso-para-a-vida/> (Acesso em 11/12/2024)

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *A disseminação da história missionária e o resgate de documentos fundamentais sobre a “descolonização” das igrejas*. (13 de outubro de 2022). <https://cimi.org.br/2022/10/a-disseminacao-da-historia-missionaria-e-o-res>

31 Egydio Schwade, «Alguns momentos...»

32 Cf. Teles, Osmo, Calazans. *Informe público...*

## Anales y memorias

DOI: <https://doi.org/10.22517/25392662.25793>

[gate-de-documentos-fundamentais-sobre-a-descolonizacao-das-igrejas/](#) (Acesso em 29/09/2023).

CNBB. *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, 1973. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/y-juca-pirama-o-indio-aquele-que-deve-morrer> (Acesso em 29/09/2023).

Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas (ED.). *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña?”* 1ª edição ed. Campinas, São Paulo, Brasil: Manaus, Brasil: Editora Curt Nimuendajú; Comitê da Verdade do Amazonas, 2012. <<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ComissaoVerdade&pagfis=1125>>, (Acesso em 11/12/2024)

Neves, Lucilia de Almeida, «Memória, história e sujeito: substratos da identidade», *História Oral*, ABHO, n.º 3 (Junho, 2000).

Schwade, Egydio, «Alguns momentos decisivos na caminhada de minha vida», *Instituto Humanitas Unisinos*. (8 de jan., 2024). <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635655-alguns-momentos-decisivos-na-caminhada-de-minha-vida-artigo-de-egydio-schwade> (Acesso em 11/12/2024)

\_\_\_\_\_, «Qualificar o genocídio e pedir perdão...», Casa da Cultura do Urubuí, 07 de julho, Presidente Figueiredo, Amazonas. (mimeo, 2021).

\_\_\_\_\_, «Dom Tomás Balduino», *CIMI – Conselho Indigenista Missionário*. (12 de maio, 2014) <https://cimi.org.br/2014/05/36040/> (Acesso em 29/09/2023).

Teles, Edson; Osmo, Carla e Calazans, Marília Oliveira (Orgs.). *Informe público: a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, UNIFESP, 2023. [https://unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas\\_e\\_Ditadura/InformePublico.pdf](https://unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf) (Acesso em 11/12/2024)

### Fonte oral citada

Egydion Schwade [88 anos], entrevista por Maria C. Borges, Vitor W. N. Oliveira, A. R. M., I. R. Marques e G. S. Marques. Transcrição: Alex R. Machado. Casa da Cultura do Urubuí, Presidente Figueiredo (AM, Brasil), 15 de abril de 2023 [Tempo aproximado de gravação 1h40’].